



ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS - INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA À ESCALA REGIONAL E MUNICIPAL

O INE divulga os Anuários Estatísticos Regionais, disponibilizando um conjunto vasto de informação estatística à escala regional e municipal. Dos temas alvo de análise neste destaque salienta-se:

- **Na Educação**, num contexto de melhoria da taxa de transição/conclusão no ensino secundário, no ano letivo 2020/2021, dos 18 municípios que compõem a Área Metropolitana de Lisboa, apenas três registaram taxas de transição/conclusão superiores à média nacional (91,7%): Alcochete (94,0%), Barreiro (92,5%) e Oeiras (92,0%).
- **No Mercado de Trabalho**, em 2021, a taxa de emprego nas Áreas predominantemente urbanas era superior à média do país (56,5% e 55,3%, respetivamente), situando-se abaixo daquele limiar nas Áreas mediantemente urbanas (53,6%) e nas Áreas predominantemente rurais (50,0%). De acordo com os Quadros de Pessoal, em 50% dos 308 municípios, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo e com remuneração completa era, em 2020, inferior a 1 000 euros.
- **Na Construção e Habitação**, em 2021, 47 municípios, localizados maioritariamente nas sub-regiões Algarve (14 em 16 municípios) e Área Metropolitana de Lisboa (16 em 18), apresentaram um preço mediano superior ao valor nacional. O município de Lisboa (3 531 €/m²) registou o preço mais elevado do país.
- **Na Participação Política**, as regiões autónomas dos Açores (63,3%) e da Madeira (50,4%) e o Algarve (48,7%) registaram as maiores taxas de abstenção na votação de 2022 para a Assembleia da República. Em 28 dos 308 municípios registaram-se taxas de abstenção superiores a 55% e os municípios de Vila de Rei (31,9%), Guimarães (32,3%) e Sardoal (32,4%) apresentaram os menores valores de abstenção.

A edição de 2022 dos Anuários Estatísticos Regionais dá continuidade ao novo formato de divulgação por subcapítulo, iniciado em 2020, na área dedicada aos Municípios do Portal de Estatísticas Oficiais, permitindo uma consulta mais direta aos dados integrados das sete regiões NUTS II do país.

Os conteúdos são apresentados em [Dossiês temáticos – Municípios – Anuários Estatísticos Regionais](#) encontrando-se organizados em quatro grandes capítulos — O Território, As Pessoas, A Atividade Económica e O Estado — que, por sua vez, se subdividem em 27 subcapítulos de informação (ver nota técnica no final do destaque).

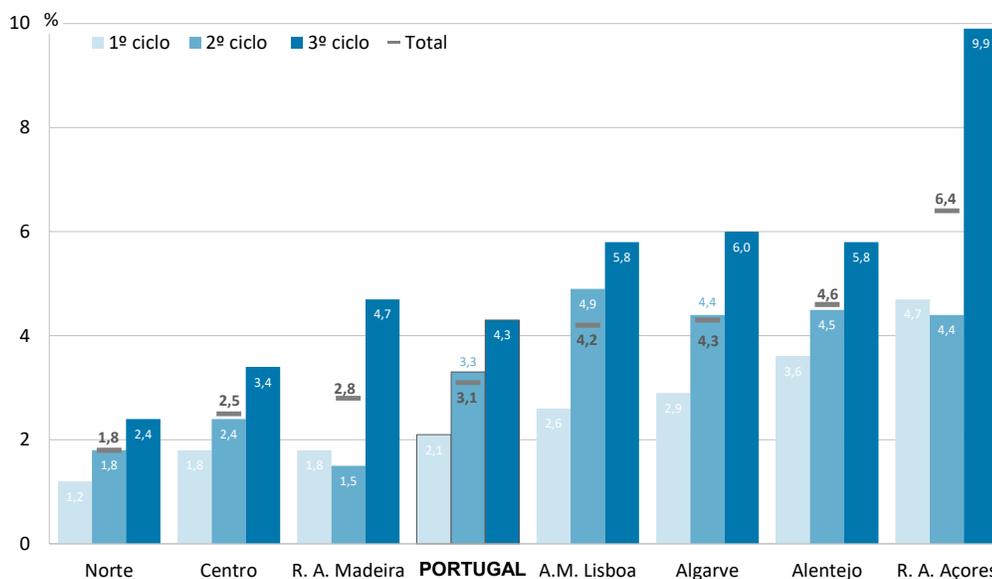
Apresenta-se em seguida uma breve análise de alguma da informação disponibilizada nos seguintes subcapítulos: Educação, Mercado de Trabalho, Construção e Habitação, e Participação Política.

EDUCAÇÃO

No ano letivo 2020/2021, a taxa de retenção e desistência para o total do ensino básico do país era 3,1%, sendo de 4,3% considerando apenas o 3º ciclo do ensino básico. No caso do 1º ciclo e do 2º ciclo aquele valor correspondia a 2,1% e a 3,3%, respetivamente. Ao nível regional, todas as NUTS II registavam taxas de retenção e desistência no 3º ciclo superiores ao valor total do ensino básico e, com exceção das regiões autónomas, taxas sucessivamente crescentes do 1º até ao 3º ciclo.

A Região Autónoma dos Açores registava as taxas de retenção e desistência para o total (6,4%) e para o 1º e 3º ciclos do ensino básico mais elevadas do país. Nesta região, a taxa de retenção e desistência no 1º ciclo correspondia a 4,7% e aproximava-se dos 10% em relação ao ciclo terminal do ensino básico. A Área Metropolitana de Lisboa assinalava a taxa de retenção e desistência no 2º ciclo do ensino básico mais elevada (4,9%). As regiões Norte e Centro apresentavam, taxas de retenção e desistência, para o total e para cada um dos ciclos, comparativamente mais baixas e também inferiores à média nacional – na região Norte atingiam cerca de 1,2%, 1,8% e 2,4% para o 1º, 2º e 3º ciclos, respetivamente, e na região Centro estes valores correspondiam a 1,8%, 2,4% e 3,4%.

Figura 1. Taxa de retenção e desistência no ensino básico, Portugal e NUTS II, ano letivo 2020/2021



Fonte: Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior -Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

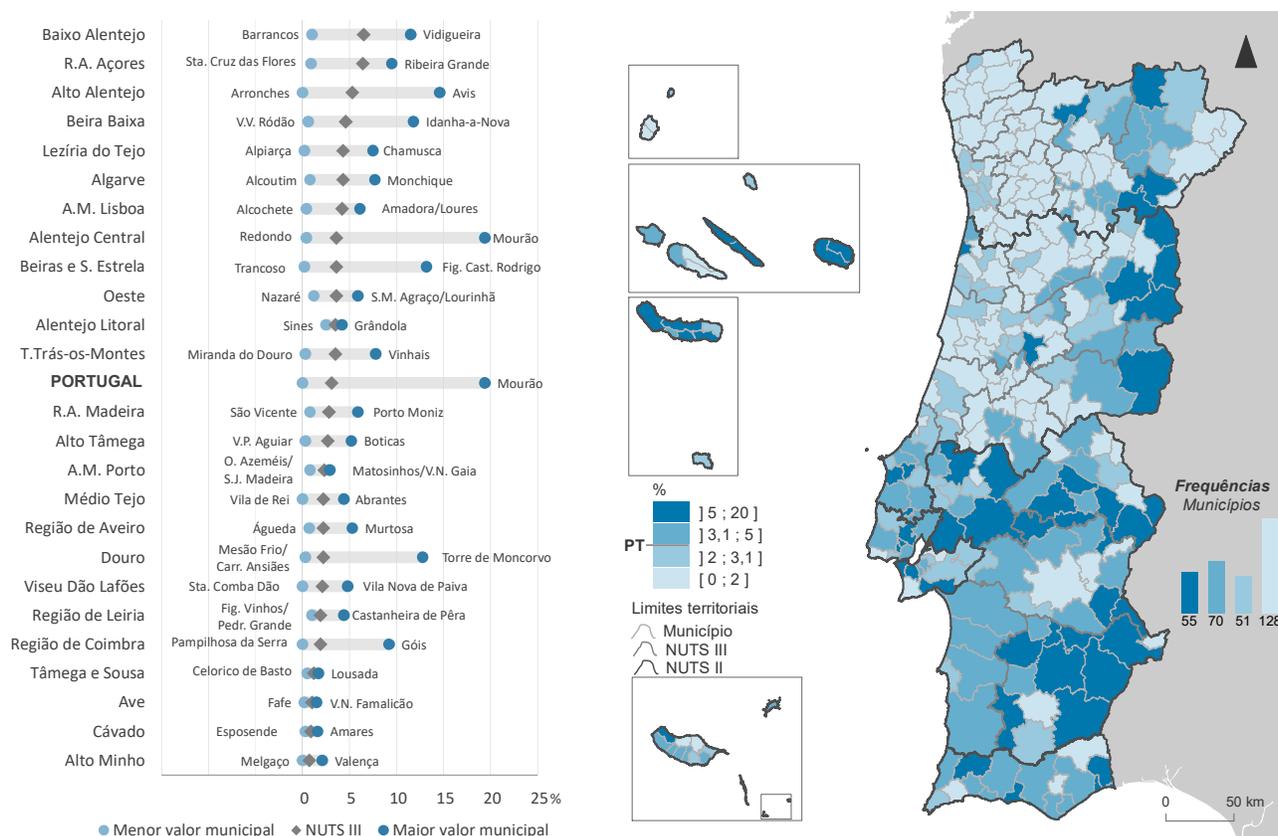
O retrato territorial da taxa de retenção e desistência no ensino básico evidencia menores valores nos municípios das regiões Norte e Centro, destacando-se, em particular, alguma diferenciação entre os municípios do Litoral e do Interior, com os primeiros a apresentarem melhores resultados neste nível de ensino.

Na Área Metropolitana de Lisboa, 11 dos 18 municípios que compõem esta região registaram, no ano letivo 2020/2021, taxas de retenção e desistência no ensino básico superiores à média nacional, destacando-se, com

valores mais elevados, os municípios da Amadora e Loures (ambos com 6,1%), Setúbal (5,8%), Seixal (5,6%), Almada (5,5%) e Odivelas (5,2%). Em 39 (67%) dos 58 municípios da região do Alentejo, as taxas de retenção e desistência no ensino básico eram superiores à média nacional, registando os municípios de Mourão (19,4%) e Avis (14,6) os maiores valores. Dos 16 municípios da região do Algarve, em 12 a taxa de retenção e desistência no ensino básico situava-se acima da média nacional, destacando-se os municípios de Monchique (7,7%), Albufeira (6,4%), Vila Real de Santo António (5,2%) e Castro Marim (5,1%) com os valores mais expressivos.

Nas regiões autónomas, oito dos 19 municípios que compõem a Região Autónoma dos Açores (Corvo, Vila do Porto, Nordeste, Santa Cruz da Graciosa, São Roque do Pico, Lajes das Flores, Lajes do Pico e Santa Cruz das Flores) e três dos 11 municípios que integram a Região Autónoma da Madeira (Funchal, Santana e São Vicente) registaram taxas de retenção e desistência no ensino básico inferiores à média nacional.

Figura 2. Taxa de retenção e desistência no ensino básico, Portugal, NUTS III e município, ano letivo 2020/2021



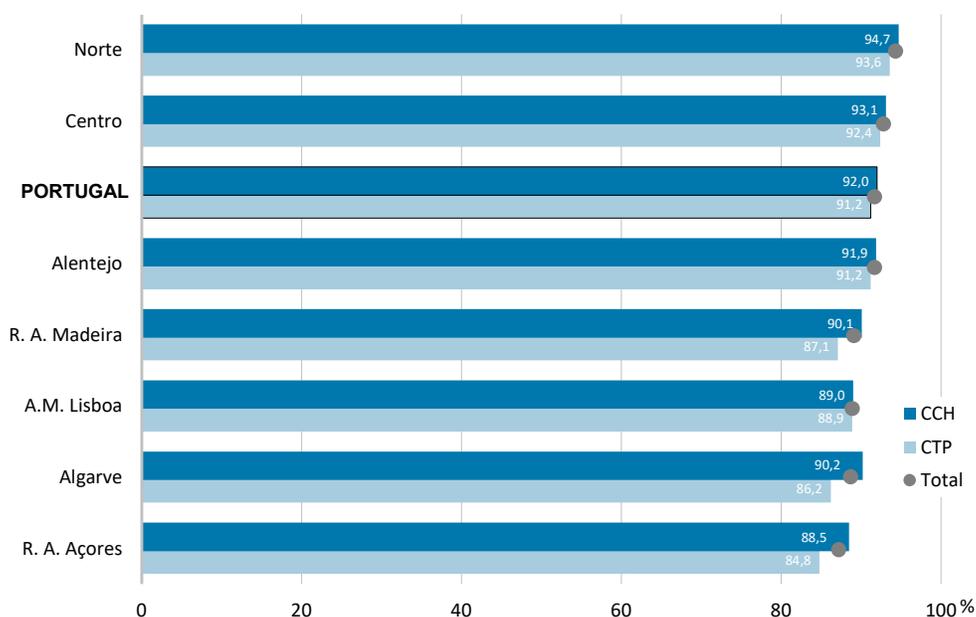
Fonte: Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior -Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Nota: O valor mínimo municipal para Portugal inclui o seguinte conjunto de municípios: Arronches, Melgaço, Pampilhosa da Serra, Santa Comba Dão e Vila de Rei.

Em Portugal, a taxa de transição/conclusão no ensino secundário, no ano letivo 2020/2021, era de 91,7%, superior ao valor do ano letivo anterior (91,5%), mantendo a tendência de melhoria registada desde 2011/2012. Em 2020/2021, as regiões Norte (94,3%) e Centro (91,8%) superavam o valor nacional. A Região Autónoma dos

Açores, assim como o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa, apresentavam, comparativamente, menores taxas de transição/conclusão neste nível de ensino. A segmentação por tipo de curso permite verificar que, no letivo 2020/2021, em todas as regiões do país a taxa de transição/conclusão ao nível do ensino secundário era mais elevada em relação aos Cursos gerais/científico-humanísticos (CCH) do que relativamente à sua via mais profissionalizante, ou seja, os Cursos tecnológicos e profissionais (CTP). As regiões Norte e Centro detinham os valores mais elevados e acima da média do país nos CCH, e a Região Autónoma dos Açores apresentava a menor taxa de transição/conclusão no ensino secundário para este tipo de cursos.

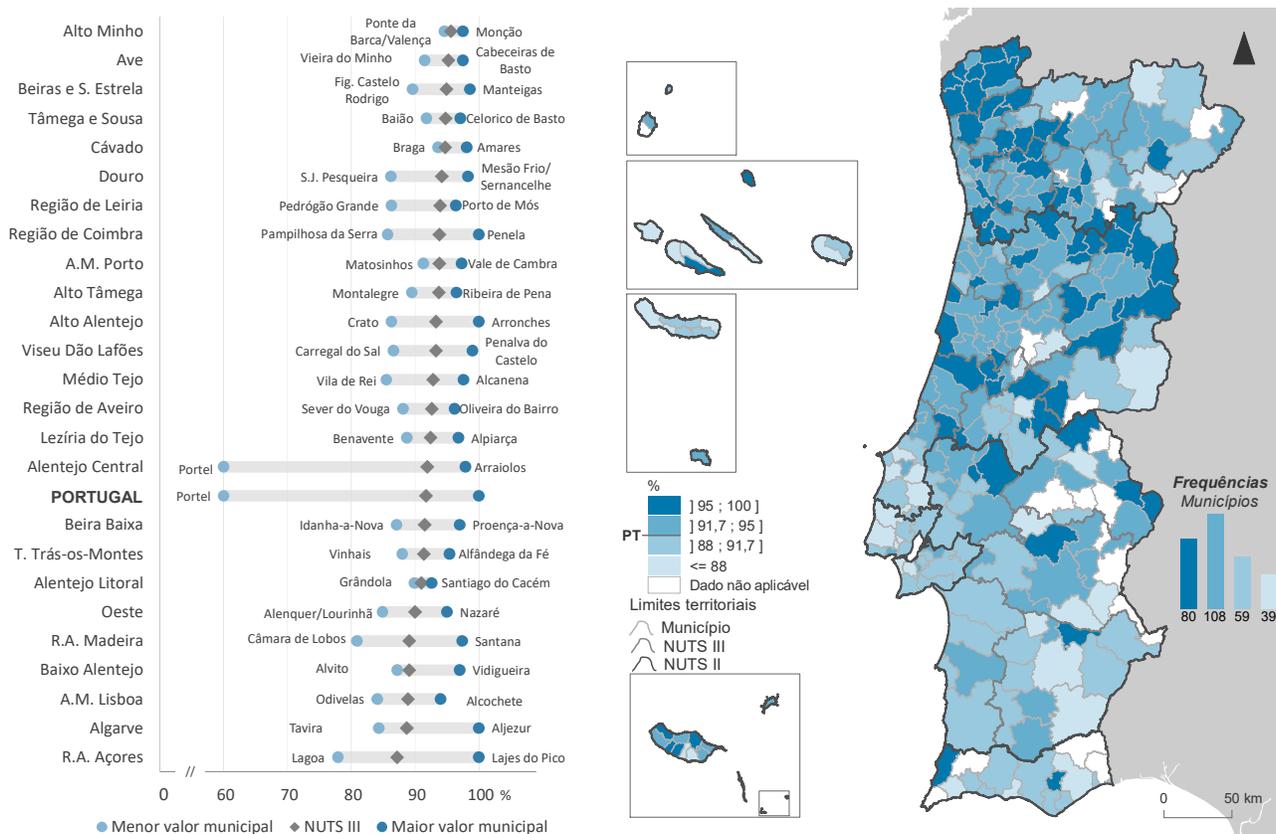
Figura 3. Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, por tipo de curso, Portugal e NUTS II, ano letivo 2020/2021



Fonte: Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior -Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

A análise da taxa de transição/conclusão ao nível municipal evidencia que os desempenhos mais favoráveis nas regiões Norte e Centro têm, contudo, disparidades internas, nomeadamente com os municípios do Litoral da região Norte a apresentarem valores mais elevados. Dos 18 municípios que compõem a Área Metropolitana de Lisboa, apenas três registaram taxas de transição/conclusão superiores à média nacional (91,7%): Alcochete (94,0%), Barreiro (92,5%) e Oeiras (92,0%). Na Região Autónoma da Madeira, com exceção de Câmara de Lobos (80,9%) e Funchal (87,8%), os restantes municípios registaram taxas de transição e conclusão no ensino secundário superiores à média nacional. Na Região Autónoma dos Açores, apenas Lajes de Pico (100%), Santa Cruz da Graciosa (95,2%), Vila do Porto (94,1%), Santa Cruz da Flores (93,9%) e Velas (92,9%) assinalaram valores acima da média nacional. As regiões autónomas dos Açores e da Madeira e a sub-região Alentejo Central apresentaram, no ano letivo 2020/2021, uma maior assimetria entre municípios neste indicador.

Figura 4. Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, Portugal, NUTS III e município, ano letivo 2020/2021

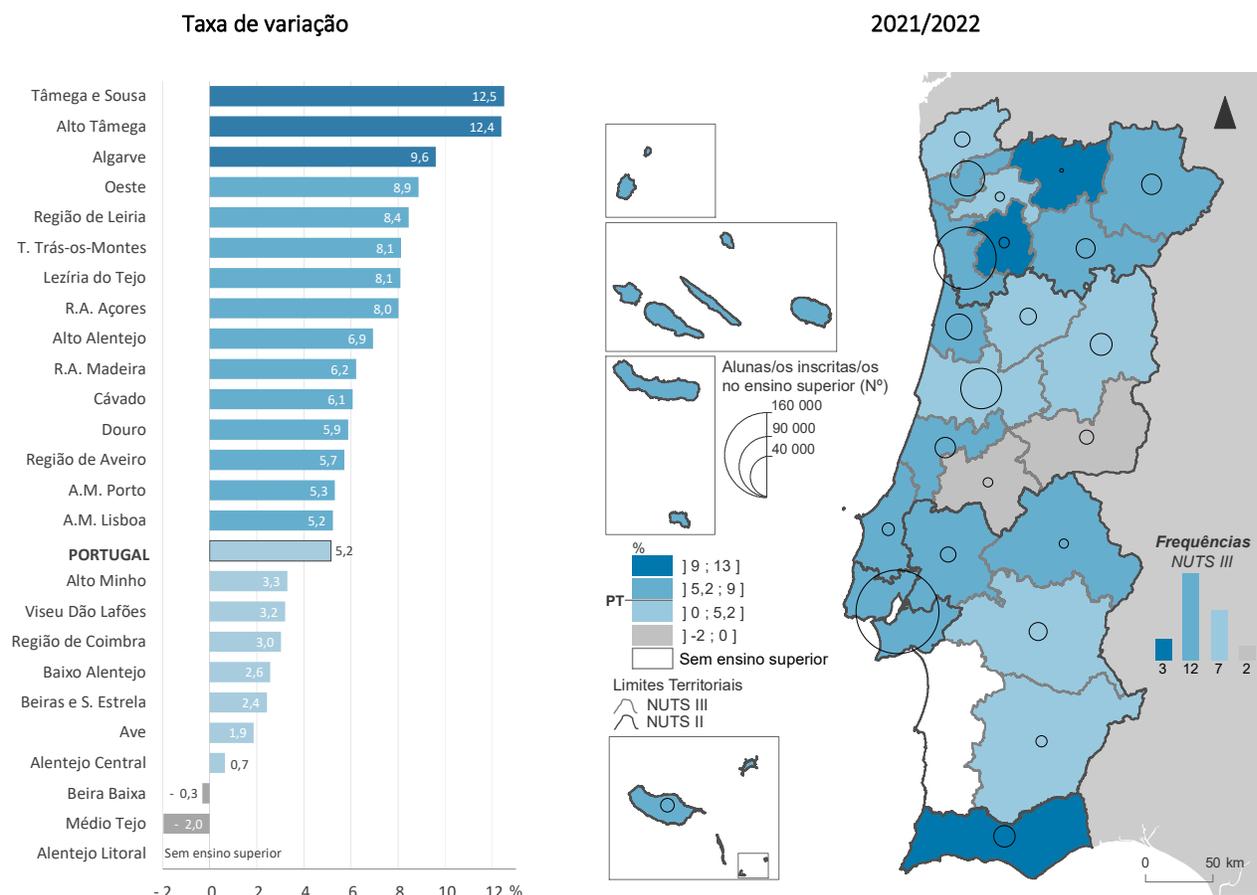


Fonte: Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior -Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Nota: O valor máximo municipal para Portugal inclui o seguinte conjunto de municípios: Aljezur, Arronches, Lajes do Pico e Penela.

No que diz respeito ao ensino superior e considerando os dados relativos ao ano letivo 2021/2022, verificou-se que o número de alunas/os inscritas/os foi 433 217, dos quais cerca de 81% estavam inscritas/os no ensino superior público. Face ao ano letivo anterior, registou-se um aumento de 5,2% no total de alunas/os inscritos no ensino superior. A análise por sub-regiões destaca que em duas sub-regiões (Médio Tejo e Beira Baixa) se verificou uma diminuição do número de alunas/os inscritas/os no ensino superior. Nas restantes NUTS III, verificou-se um aumento de alunas/os inscritas/os, correspondendo a uma taxa de variação superior a 9% em três sub-regiões –Tâmega e Sousa, Alto Tâmega e Algarve.

Figura 5. Alunas/os inscritas/os no ensino superior e Taxa de variação do número de alunas/os inscritas/os no ensino superior, Portugal e NUTS III, anos letivos 2020/2021 e 2021/2022

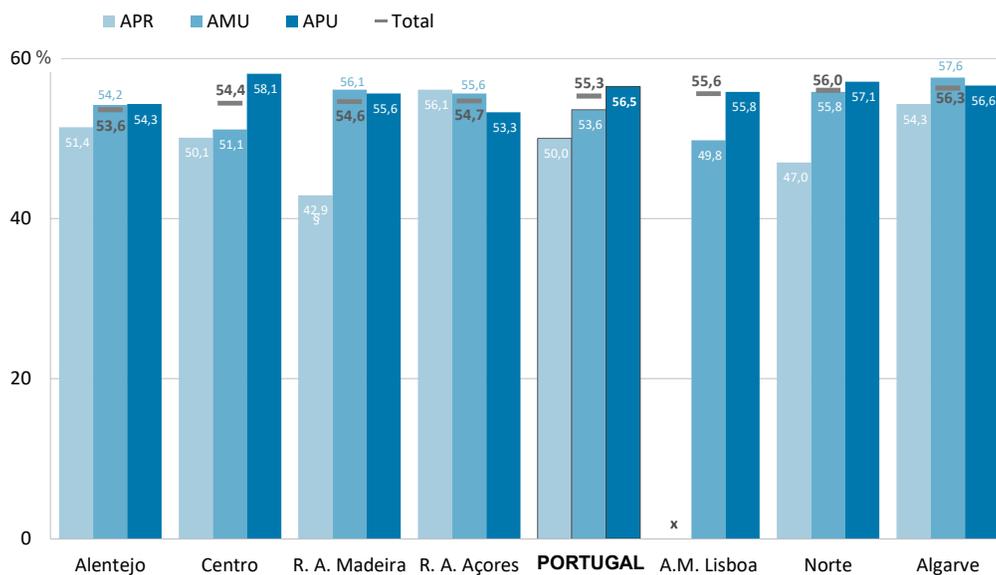


Fonte: Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior -Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

MERCADO DE TRABALHO

Em 2021, a população empregada em Portugal era de 4,8 milhões de indivíduos, isto é, 55,3% da população residente em idade ativa (taxa de emprego), o que correspondeu a um aumento face à proporção registada em 2020 (53,8%). A taxa de emprego nas Áreas predominantemente urbanas (APU) era superior à média no conjunto do país (56,5%), situando-se abaixo daquele limiar nas Áreas mediamente urbanas (53,6%) e nas Áreas predominantemente rurais (50,0%). Os valores mais baixos na taxa de emprego, em 2021, registaram-se nas Áreas predominantemente rurais (APR) da Região Autónoma da Madeira (42,9%) e do Norte (47,0%). Pelo contrário, foi nas APU da região Centro que se registou a maior taxa de emprego (58,1% da população residente em idade ativa).

Figura 6. Taxa de emprego segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal e NUTS II, 2021



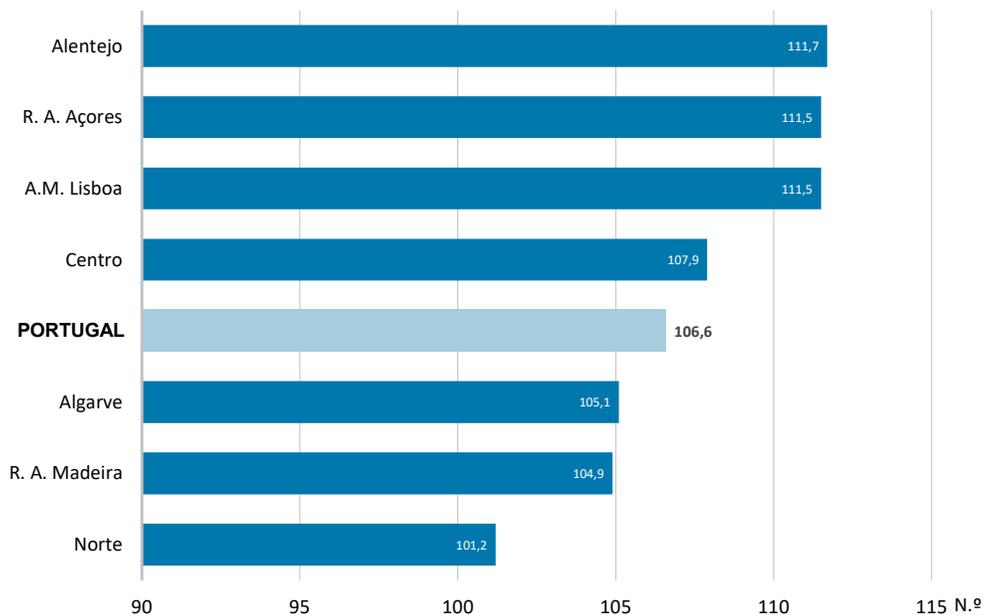
Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego (Séries 2021).

Nota: O Inquérito ao Emprego é um inquérito por amostragem, pelo que as estimativas obtidas envolvem uma margem de erro. Nos casos em que o erro relativo de amostragem (coeficiente de variação) associado à estimativa é superior ao considerado aceitável para divulgação, a estimativa não é apresentada e é substituída pelo símbolo "x". Nos casos em que a estimativa tem uma fiabilidade reduzida, é apresentada com indicação da sua menor precisão (assinalada com o símbolo "§").

Em Portugal, a população inativa situou-se, em 2021, em cerca de 5,1 milhões de indivíduos, existindo no país 106,6 inativas/os por cada 100 empregadas/os. Este rácio diminuiu face a 2020 (112,2) e tinha, em 2021, maior expressão no Alentejo, na Região Autónoma dos Açores e na Área Metropolitana de Lisboa onde residiam cerca de 112 inativas/os por 100 empregadas/os. Em todas as regiões NUTS II, a população inativa era superior à população empregada, sendo o valor deste rácio menor na região Norte (101,2).



Figura 7. Inativas/os por 100 empregadas/os, Portugal e NUTS II, 2021

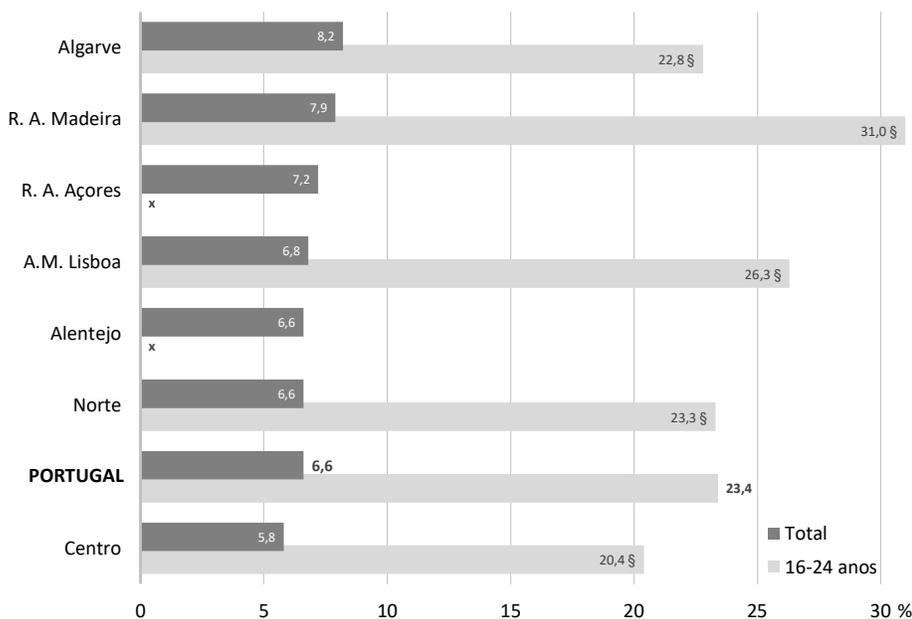


Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego (Séries 2021).

No ano de 2021, 6,6% dos indivíduos ativos encontravam-se desempregados (taxa de desemprego), verificando-se uma diminuição neste indicador relativamente a 2020 (7,0%). Face à média nacional, a taxa de desemprego foi mais elevada no Algarve (8,2%) e na Região Autónoma da Madeira (7,9%). Apenas para a região Centro (5,8%) foi estimada uma taxa de desemprego abaixo do valor nacional.

Considerando o segmento dos indivíduos jovens (16 a 24 anos), a taxa de desemprego no país situou-se em 23,4% em 2021.

Figura 8. Taxa de desemprego, Portugal e NUTS II, 2021



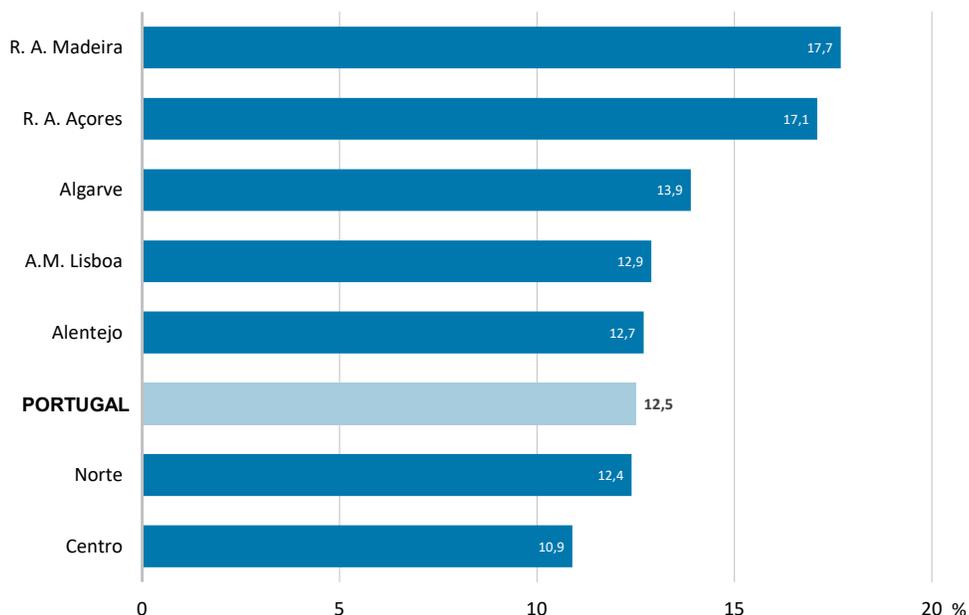
Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego (Séries 2021).

Nota: O Inquérito ao Emprego é um inquérito por amostragem, pelo que as estimativas obtidas envolvem uma margem de erro. Nos casos em que o erro relativo de amostragem (coeficiente de variação) associado à estimativa é superior ao considerado aceitável para divulgação, a estimativa não é apresentada e é substituída pelo símbolo "x". Nos casos em que a estimativa tem uma fiabilidade reduzida, é apresentada com indicação da sua menor precisão (assinalada com o símbolo "§").

Em 2021, a taxa de subutilização do trabalho¹ situou-se em 12,5%, registando-se uma diminuição face ao ano anterior (14,0%). Face à média nacional, a taxa de subutilização do trabalho em 2021 foi mais elevada na Região Autónoma da Madeira (17,7%) e na Região Autónoma dos Açores (17,1%). Apenas para as regiões Centro e Norte foi estimada uma taxa de subutilização abaixo do valor nacional (10,9% e 12,4%, respetivamente).

¹ Taxa que define a relação entre a subutilização do trabalho e a população ativa alargada. A subutilização do trabalho agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego, mas não disponíveis e os inativos disponíveis, mas que não procuram emprego. A população ativa alargada corresponde à população ativa acrescida dos inativos à procura de emprego, mas não disponíveis e dos inativos disponíveis, mas que não procuram emprego.

Figura 9. Taxa de subutilização, Portugal e NUTS II, 2021

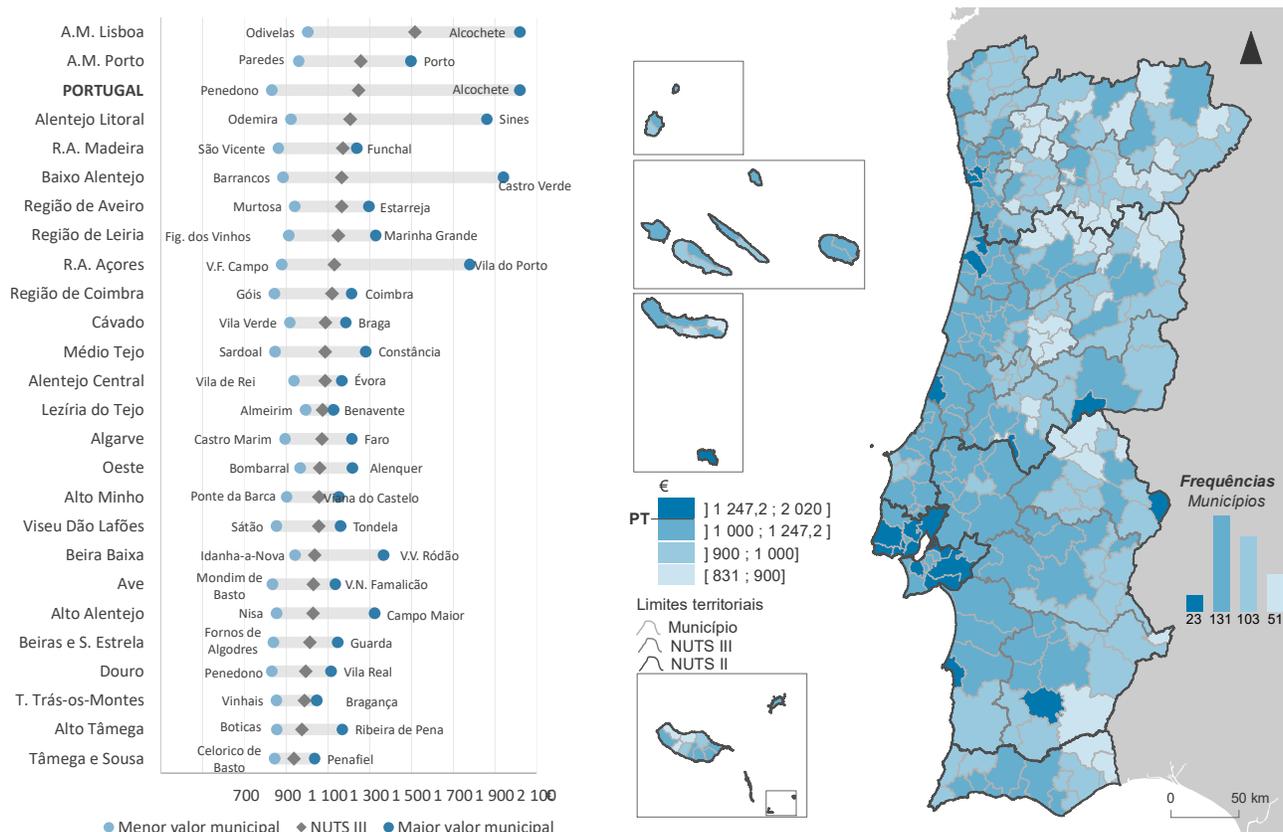


Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego (Séries 2021).

Em 2020, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo e com remuneração completa era, para o conjunto do país, 1 247 euros, e apenas os trabalhadores a exercerem a sua atividade em estabelecimentos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto registavam valores acima daquele referencial, 1 516 e 1 257 euros, respetivamente. Em quatro das 25 sub-regiões NUTS III, o ganho médio mensal era inferior a 1 000 euros: Tâmega e Sousa (937 €), Alto Tâmega (976 €), Terras de Trás-os-Montes (988 €) e Douro (994 €).

O retrato municipal deste indicador evidencia que em 154 (50%) dos 308 municípios, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo e com remuneração completa era, em 2020, inferior a 1 000 euros. Dos 23 municípios com ganhos médios mensais acima da média nacional (1 247 €), 11 situam-se na Área Metropolitana de Lisboa – destacando-se Alcochete (2 020 €), Oeiras (1 840 €) e Lisboa (1 703 €) –; três na Área Metropolitana do Porto – Porto (1 498 €), Matosinhos (1 388 €) e Maia (1 298 €); cinco na região Centro – Vila Velha de Ródão (1 367 €), Marinha Grande (1 330 €), Estarreja (1 297 €), Aveiro (1 286 €) e Constância (1 282 €) –; três no Alentejo – Castro Verde (1 941 €), Sines (1 861€) e Campo Maior (1 324€) –; e um na Região Autónoma dos Açores – Vila do Porto (1 779 €).

Figura 10. Ganho médio mensal dos Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO) por localização do estabelecimento de atividade, Portugal, NUTS III e município, 2020



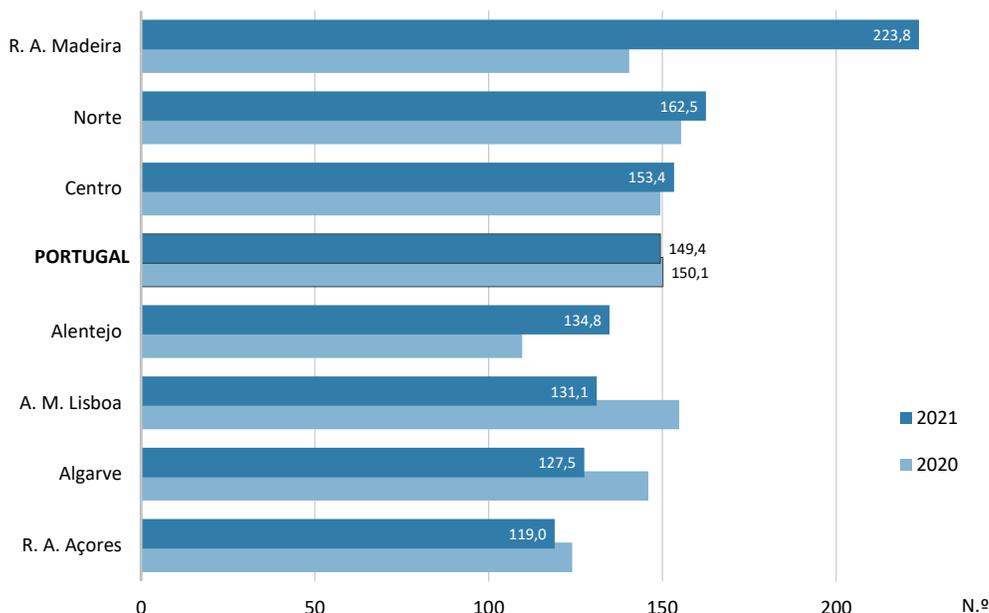
Fonte: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Quadros de Pessoal.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

Em 2021, foram concluídos em Portugal 19 081 fogos e licenciados 28 508, em construções novas para habitação familiar, o que se traduziu num rácio de 149,4 fogos licenciados por 100 fogos concluídos.

A relação entre o número de fogos licenciados e concluídos em construções novas para habitação familiar – indicador que pretende medir a potencial oferta futura de nova habitação – registou uma ligeira diminuição em 2021 comparativamente a 2020 (150,1). Esta diminuição verificou-se também em três das sete regiões do país: Área Metropolitana de Lisboa (131,1 fogos licenciados por 100 fogos concluídos em 2021 e 154,8 em 2020), Algarve (127,5 e 145,9) e Região Autónoma dos Açores (119,0 e 124,0). Com evoluções em sentido inverso, destacaram-se a Região Autónoma da Madeira (223,8 em 2021 e 140,4 em 2020) e o Alentejo (134,8 e 109,6).

Figura 11. Fogos licenciados por 100 fogos concluídos em construções novas para habitação familiar, Portugal e NUTS II, 2020 e 2021



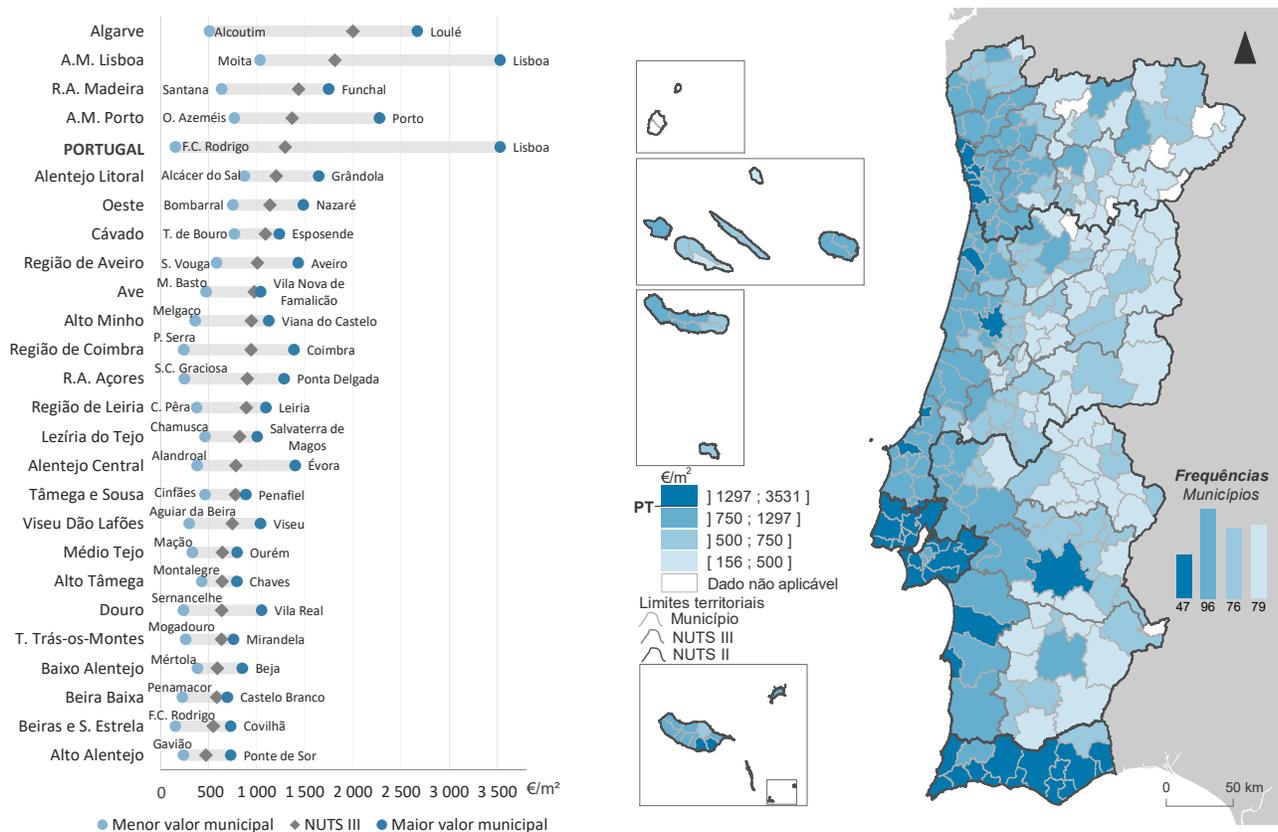
Fonte: INE, I.P., Inquérito aos Projetos de Obras de Edifícios e de Demolição de Edifícios e Estatísticas das Obras Concluídas.

Em 2021, o preço mediano de alojamentos familiares em Portugal foi 1 297 €/m², aumentando +9,0% relativamente ao ano anterior. O preço mediano da habitação manteve-se acima do valor nacional nas sub-regiões do Algarve (2 000 €/m²), Área Metropolitana de Lisboa (1 813 €/m²), Região Autónoma da Madeira (1 436 €/m²) e Área Metropolitana do Porto (1 370 €/m²).

No período em análise, 47 municípios apresentaram um preço mediano superior ao valor nacional, localizados maioritariamente nas sub-regiões Algarve (14 em 16 municípios) e Área Metropolitana de Lisboa (16 em 18). O município de Lisboa (3 531 €/m²) registou o preço mais elevado do país. Verificaram-se também valores superiores a 2 000 €/m² em Cascais (3 046 €/m²), Loulé (2 671 €/m²), Oeiras (2 644 €/m²), Lagos (2 368 €/m²), Porto (2 278 €/m²), Albufeira (2 212 €/m²), Odivelas (2 156 €/m²), Aljezur (2 107 €/m²), Tavira (2 083 €/m²), Lagoa (2 073 €/m²) e Vila do Bispo (2 028 €/m²).

A Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve apresentaram diferenciais de preços entre municípios superiores a 2 000 €/m².

Figura 12. Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares, Portugal, NUTS III² e município, 2021



Fonte: INE, I.P., Estatísticas de Preços da Habitação ao nível local.

Em Portugal, no ano de 2021, o preço mediano das habitações adquiridas por compradores com domicílio fiscal em território nacional foi de 1 273 €/m², tendo sido de 2 105 €/m² para os compradores com domicílio fiscal no estrangeiro. Distinguiram-se com valores superiores à referência nacional em ambas as situações, as regiões NUTS III do Algarve (1 879 €/m² para o domicílio fiscal em Portugal e 2 497 €/m² para o domicílio fiscal no estrangeiro), da Área Metropolitana de Lisboa (1 786 €/m² / 3 756 €/m²) e da Área Metropolitana do Porto (1 362 €/m² / 2 223 €/m²). De referir ainda a Região Autónoma da Madeira, que superou a referência nacional nas vendas a residentes em território nacional (1 423 €/m²), tendo ficado aquém desse referencial nas vendas a residentes no estrangeiro (1 703 €/m²).

Estas quatro regiões distinguiram-se também por apresentar preços medianos superiores à referência nacional, nas duas categorias do setor institucional do comprador consideradas. A Área Metropolitana de Lisboa registou a maior diferença entre o preço mediano de alojamentos familiares adquiridos por Famílias (1 871 €/m²) e o

² De acordo com o Regulamento Europeu n.º 868/2014, as unidades territoriais de nível 3 (NUTS III) correspondem em Portugal a unidades administrativas: as Entidades Intermunicipais – Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas – no Continente e as Regiões Autónomas.

preço da habitação adquirida por compradores pertencentes aos restantes setores institucionais (1 351 €/m²): 521 €/m².

Figura 13. Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares por domicílio fiscal do comprador, Portugal e NUTS III, 2021

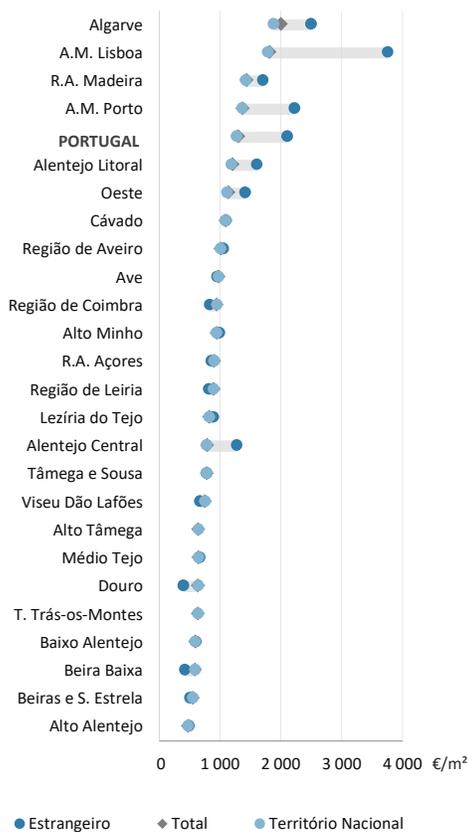
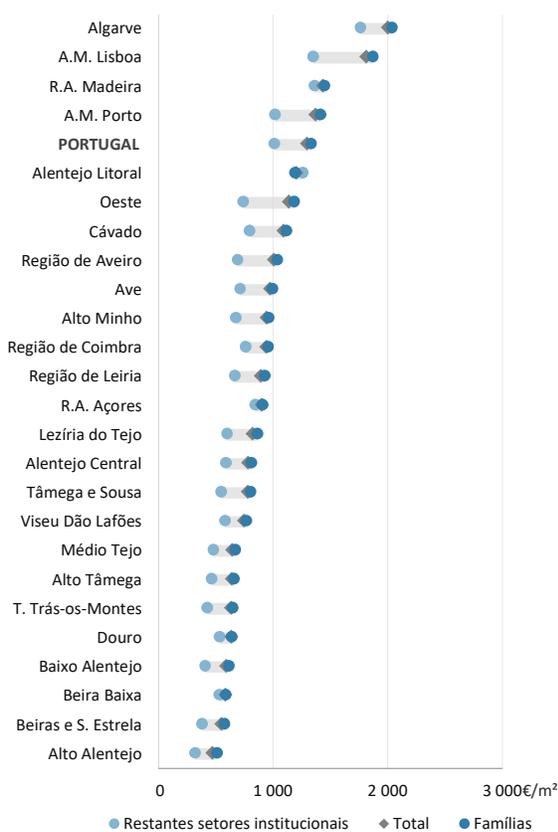


Figura 14. Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares por setor institucional do comprador, Portugal e NUTS III, 2021



Fonte: INE, I.P., Estatísticas de Preços da Habitação ao nível local.

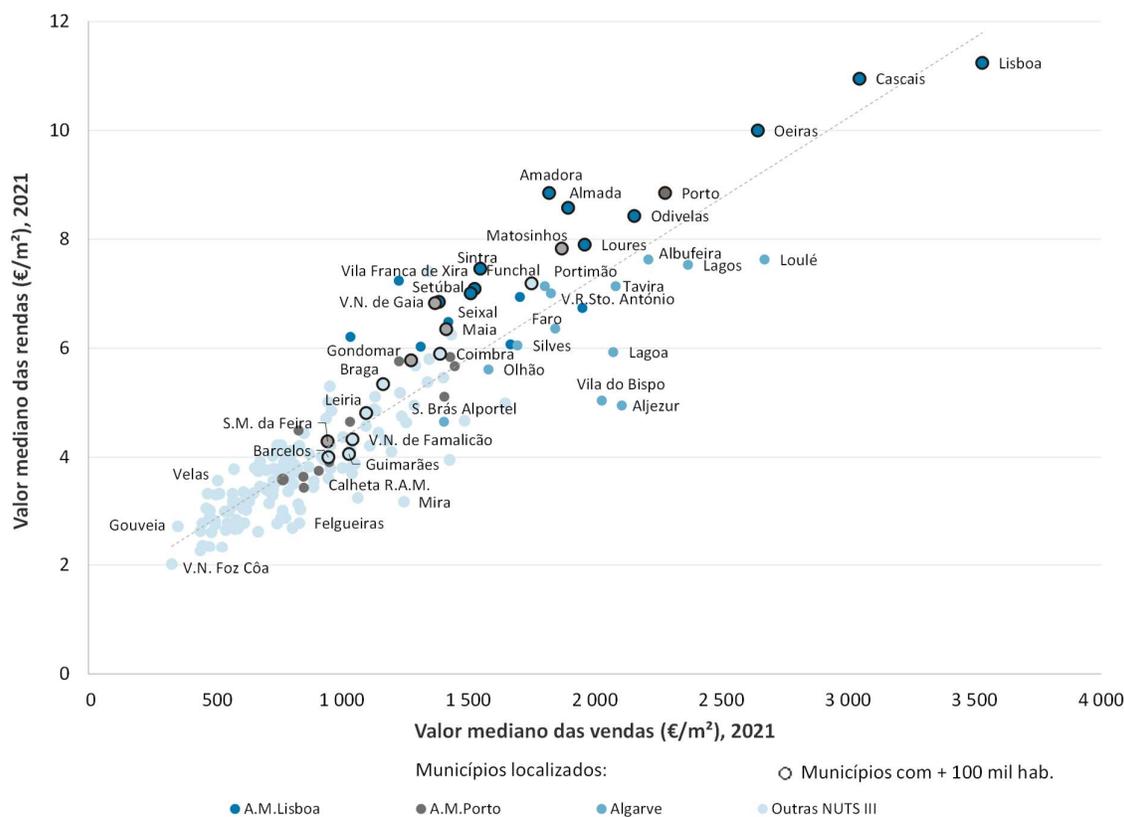
A Figura 15 permite comparar os valores da avaliação realizada pelos bancos com o valor praticado no mercado de aquisição de habitação. A figura representa a posição dos municípios num referencial que conjuga o valor por m² das avaliações bancárias na habitação (eixo das ordenadas) com o preço por m² das aquisições de habitação (eixo das abcissas)³.

³ Note-se que as observações da Avaliação Bancária não correspondem exatamente ao universo das aquisições efetivas, dado que nem todas as habitações transacionadas são alvo de avaliação bancária. Nem sempre as avaliações acabam por ter como sequência a realização de transações e existe um hiato temporal entre o momento da avaliação e da efetiva transação.

Tendo como referência a bissetriz, verificam-se menores valores de avaliação bancária relativamente aos preços, na generalidade dos municípios do Algarve (14 em 14 municípios representados), da Área Metropolitana de Lisboa (17 em 18 municípios) e da Área Metropolitana do Porto (15 em 17). Neste contexto, salientam-se em particular os municípios de Cascais (-704 €/m² face ao preço), Alcochete (-542 €/m²) e Lisboa (-418 €/m²), na Área Metropolitana de Lisboa e de Loulé (-702 €/m²), Lagoa (-602 €/m²) e Lagos (-598 €/m²), no Algarve, posicionados no gráfico abaixo da linha azul.

A Figura 16 permite comparar o valor da habitação entre o mercado de arrendamento e o mercado de aquisição ao nível local. Tendo como referência a linha de tendência⁵, verifica-se a aparente sobrevalorização dos valores de arrendamento, face aos valores dos preços da habitação, na maioria dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa – salientando-se a exceção do município de Lisboa –, na maioria dos municípios da Área Metropolitana do Porto e, de uma forma geral nos municípios com mais de 100 mil habitantes. Diversamente nota-se uma subvalorização relativa das rendas na generalidade dos municípios do Algarve.

Figura 16. Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares e preço mediano das vendas por m² de alojamentos familiares, município, 2021



Fonte: INE, I.P., Estatísticas de Preços da Habitação ao nível local e Estatísticas de Rendias da Habitação ao nível local.

Nota: O gráfico apresenta os 193 municípios com informação nas Estatísticas de Rendias da Habitação ao nível local.

⁵ Considerando os 193 municípios com valores, o nível de associação linear entre o comportamento dos preços da habitação e os valores de novos contratos de arrendamento, aferido pelo Coeficiente de Correlação de Pearson, foi +0,91.

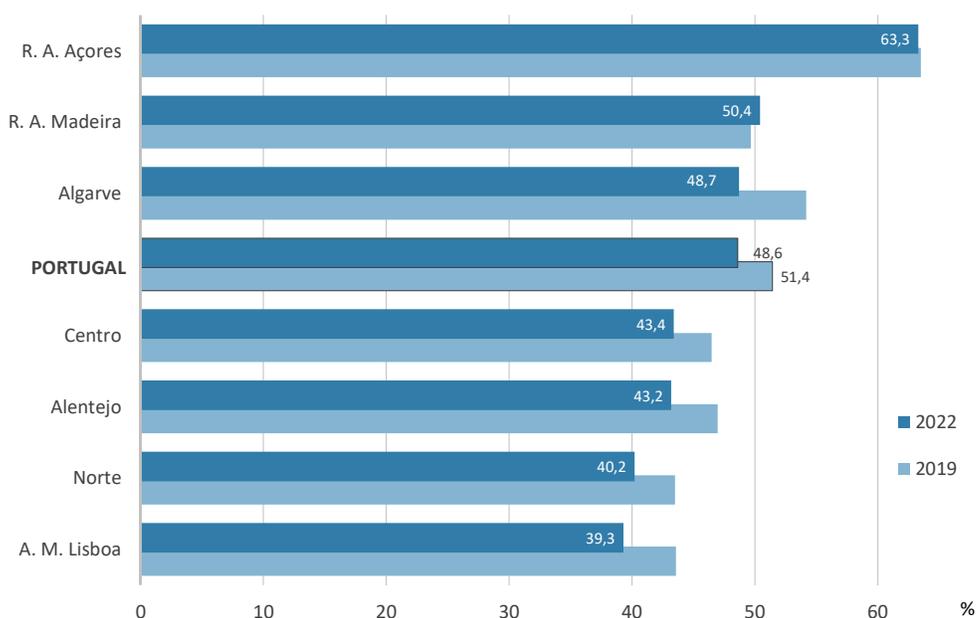
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A taxa de abstenção em Portugal na eleição para a Assembleia da República (Legislativas), realizada a 30 de janeiro de 2022 (e com repetição do Círculo da Europa a 12 e 13 de março do mesmo ano), atingiu 48,6%. Este valor foi inferior ao verificado na eleição homóloga de 2019, que registou uma taxa de abstenção de 51,4%.

As regiões autónomas dos Açores e da Madeira (com 63,3% e 50,4%, respetivamente) e o Algarve (48,7%), foram as regiões NUTS II que registaram taxas de abstenção superiores à média nacional. As restantes NUTS II do Continente apresentaram níveis de abstenção inferior à média nacional. A Área Metropolitana de Lisboa registou a maior participação nesta eleição, com uma taxa de abstenção de 39,3%, seguida do Norte (abstenção de 40,2%), Alentejo (43,2%) e Centro (43,4%).

Face aos resultados da eleição homóloga de 2019, a Região Autónoma da Madeira foi a única NUTS II do país cuja taxa de abstenção em 2022 (50,4%) aumentou face a 2019 (49,7%).

Figura 17. Taxa de abstenção na eleição para a Assembleia da República, Portugal e NUTS II, 2019 e 2022



Fonte: Secretaria-Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral.

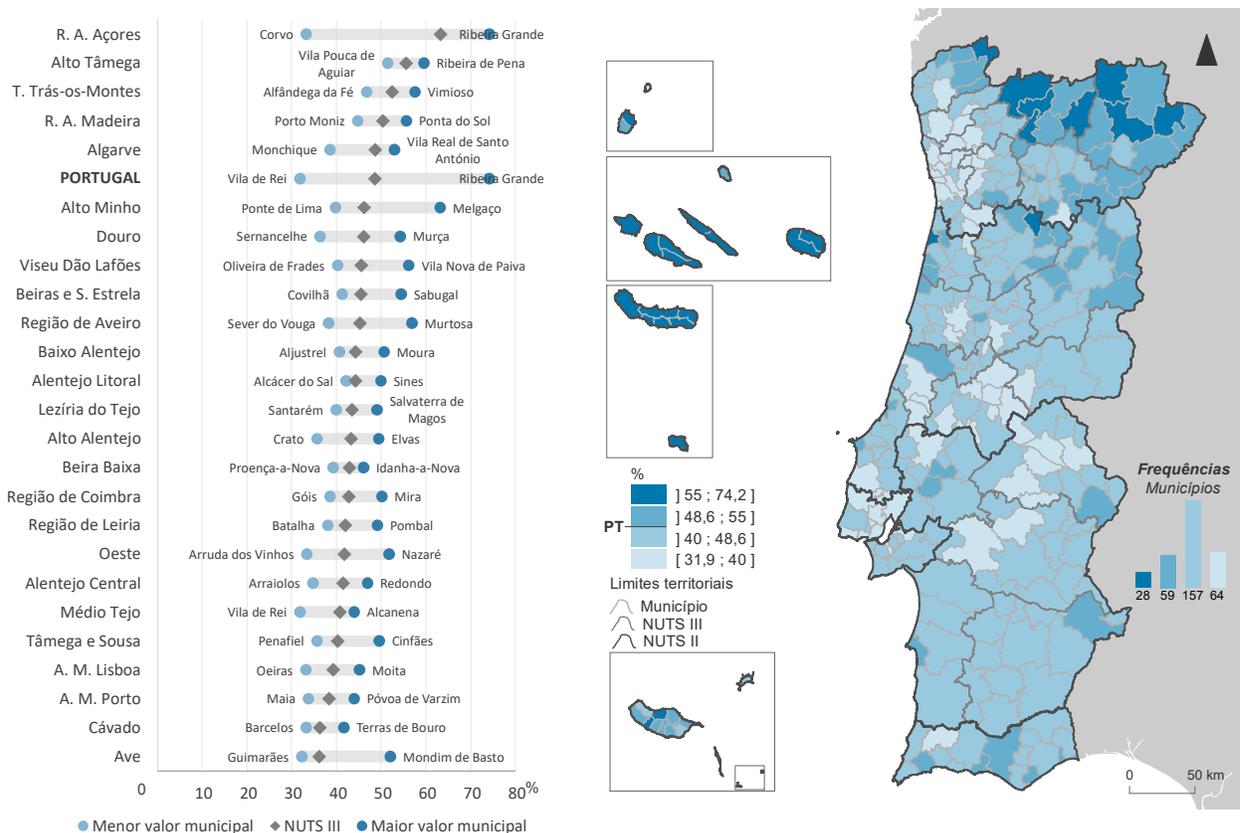
Ao nível das NUTS III, cinco sub-regiões registaram taxas de abstenção acima da média nacional: Região Autónoma dos Açores (63,3%), Alto Tâmega (55,6%), Terras de Trás-os-Montes (52,5%), Região Autónoma da Madeira (50,4%) e Algarve (48,7%). Por outro lado, as regiões do Ave (36,2%), do Cávado (36,3%) e a Área Metropolitana do Porto (38,4%) foram as NUTS de nível III com as menores taxas de abstenção nas legislativas de 2022.

Ao nível dos municípios, 28 registaram taxas de abstenção superiores a 55%, localizados maioritariamente na Região Autónoma dos Açores (16 municípios num total de 19) e no Alto Tâmega (4 em 6). No Continente, além dos municípios do Alto Tâmega, destacam-se os municípios de Melgaço (63,2%), do Alto Minho, Vimioso (57,6%), Vinhais (55,9%) e Macedo de Cavaleiros (55,3%), de Terras de Trás-os-Montes, Murtosa (56,9%), da Região de Aveiro, e Vila Nova de Paiva (56,2%), de Viseu Dão-Lafões. Nas regiões autónomas destacam-se também os casos de Ponta do Sol (55,7%) e São Vicente (55,1%), ambos da Região Autónoma da Madeira.

Por outro lado, houve um conjunto de 64 municípios com taxas de abstenção menores ou iguais a 40%, dos quais 24 pertencem à NUTS II do Norte, e 20 à NUTS II do Centro. Os três municípios com taxas de abstenção mais baixas no país nas eleições legislativas de 2022 foram os de Vila de Rei (31,9%) e Sardoal (32,4%), da NUTS III do Médio Tejo, e Guimarães (32,3%), da NUTS III do Ave.

A disparidade da taxa de abstenção entre municípios foi particularmente evidente na Região Autónoma dos Açores e no Alto Minho, com as maiores diferenças ocorridas entre os municípios de Ribeira Grande (74,2%) e Corvo (33,3%), da Região Autónoma dos Açores, e entre os municípios de Melgaço (63,2%) e Ponte de Lima (39,8%), do Alto Minho.

Figura 18. Taxa de abstenção na eleição para a Assembleia da República, Portugal, NUTS III e município, 2022

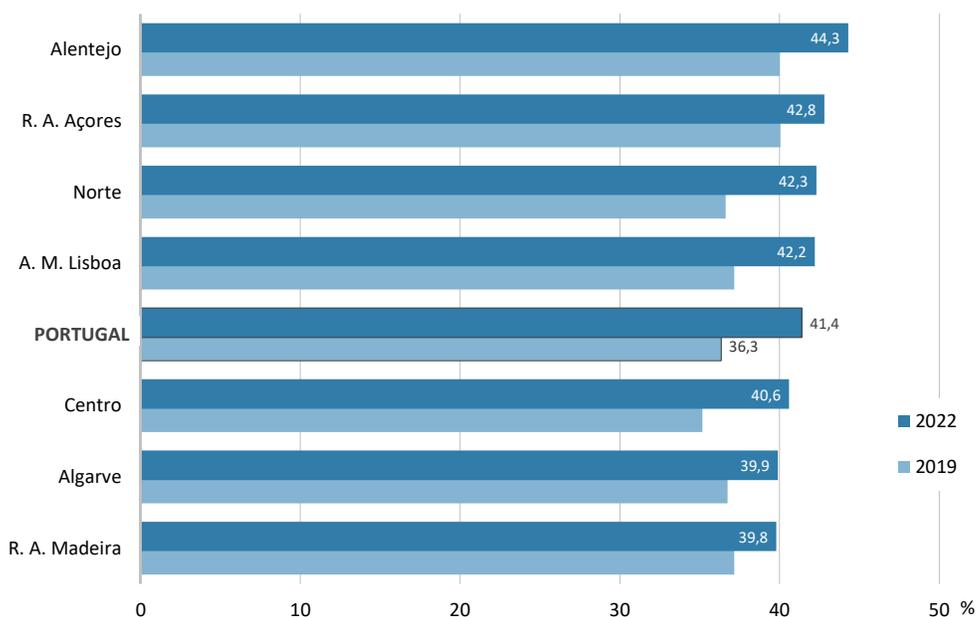


Fonte: Secretaria-Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral.

O partido/coligação mais votado obteve, na eleição de 2022 para a Assembleia da República, 41,4% do total de votos, valor superior ao verificado na eleição homóloga de 2019 (36,3%). Este aumento da votação no partido/coligação mais votado entre os dois atos eleitorais ocorreu em todas as regiões NUTS II e sub-regiões NUTS III do país, com exceção da sub-região de Terras de Trás-os-Montes.

Por NUTS II, a concentração dos votos no partido/coligação mais votado na eleição de 2022 foi maior na região do Alentejo (44,3%) e na Região Autónoma dos Açores (42,8%), por oposição à menor concentração verificada na Região Autónoma da Madeira (39,8%), e nas regiões do Algarve (39,9%) e do Centro (40,6%).

Figura 19. Proporção de votos no partido/coligação mais votado na eleição para a Assembleia da República, Portugal e NUTS II, 2019 e 2022



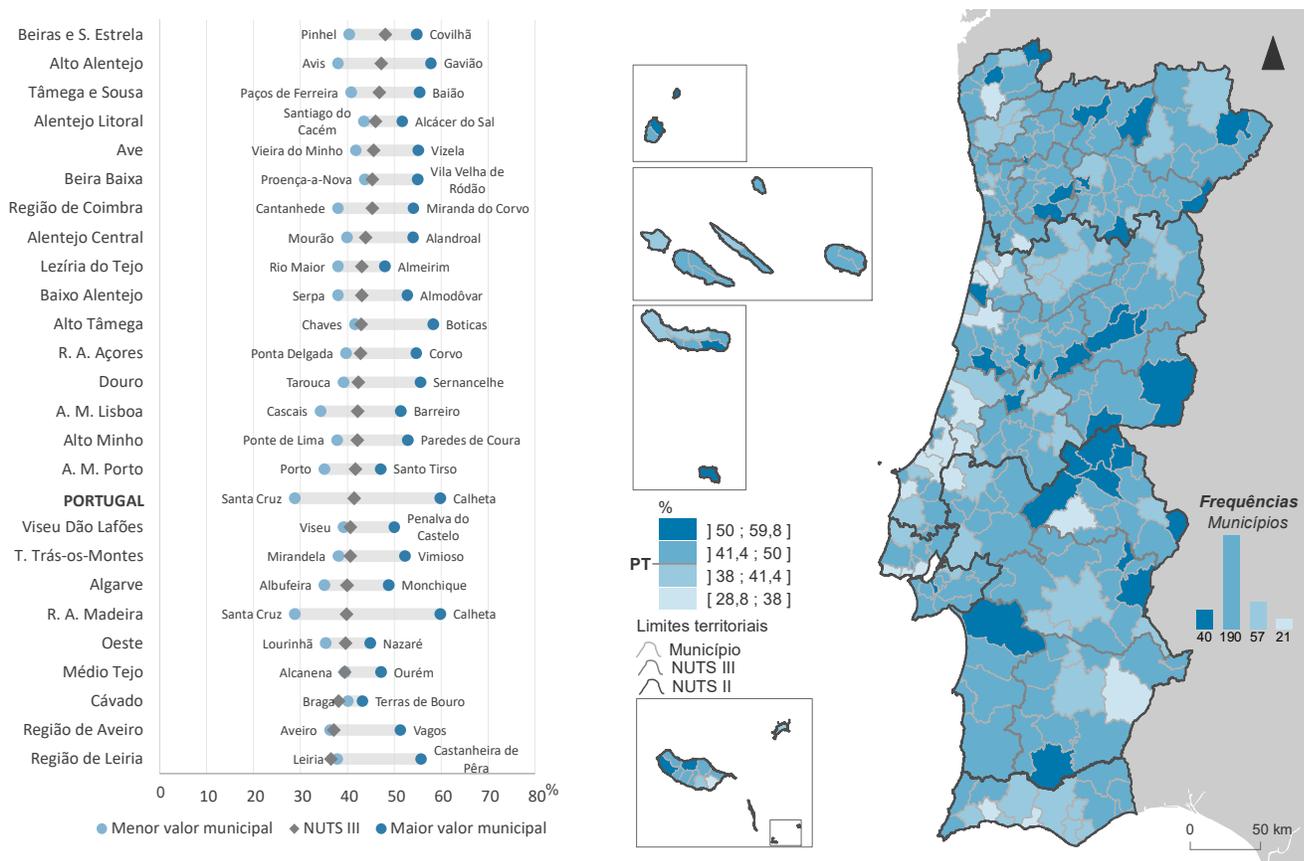
Fonte: Secretaria-Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral.

Ao nível das NUTS III do Continente a concentração de votos no partido/coligação mais votado foi mais elevada nas sub-regiões de Beiras e Serra da Estrela (48,1%), Alto Alentejo (47,2%), Tâmega e Sousa (46,8%) e Alentejo Litoral (46,0%) e os menores valores registaram-se na Região de Leiria (36,5%) e na Região de Aveiro (37,1%).

Entre os municípios, a concentração dos votos no partido/coligação mais votado foi superior à média nacional (41,4%) em 230 dos 308 municípios do país, dos quais se destacou um grupo de 40 municípios com valor médio acima de 50%. A concentração de votos atingiu os valores mais elevados nos municípios de Calheta (59,8%), da Região Autónoma da Madeira, em Boticas (58,3%), do Alto Tâmega, e no Gavião (57,8%), do Alto Alentejo, que comparam com os valores mais baixos registados nos municípios de Santa Cruz (28,8%), da Região Autónoma da Madeira, Cascais (34,3%), da Área Metropolitana de Lisboa, e Porto e Albufeira (ambos com 35,1%), o primeiro da Área Metropolitana do Porto e o segundo do Algarve.

A disparidade entre municípios da concentração de votos no partido/coligação mais votado foi particularmente evidente na Região Autónoma da Madeira e no Alto Alentejo, com as maiores diferenças ocorridas entre os municípios de Calheta e Santa Cruz, da Região Autónoma da Madeira, e entre os municípios de Gavião (57,8%) e Avis (38,0%), do Alto Alentejo.

Figura 20. Proporção de votos no partido/coligação mais votado na eleição para a Assembleia da República, Portugal, NUTS III e município, 2022



Fonte: Secretaria-Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral.



NOTA TÉCNICA

A edição de 2022 dos Anuários Estatísticos Regionais dá continuidade ao novo formato de divulgação por subcapítulo, iniciado em 2020, na área dedicada aos Municípios do Portal de Estatísticas Oficiais, permitindo uma consulta mais direta aos dados integrados das sete regiões NUTS II do país.

Os conteúdos são apresentados em [Dossiês temáticos – Municípios – Anuários Estatísticos Regionais](#) encontrando-se organizados em quatro grandes capítulos — O Território, As Pessoas, A Atividade Económica e O Estado — que, por sua vez, se subdividem em 27 subcapítulos de informação. No início de cada subcapítulo é apresentado um conjunto de indicadores de síntese para uma comparação mais imediata do posicionamento das diferentes unidades territoriais nos fenómenos retratados. Os quadros de informação são apresentados em português e inglês, disponibilizando hiperligações para os indicadores da Base de Dados on-line do Portal de Estatísticas Oficiais (www.ine.pt), permitindo o acesso à série retrospectiva dos dados e respetiva metainformação.

A edição de 2022 dos Anuários Estatísticos Regionais baseia-se na Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2013). As NUTS 2013 portuguesas foram estabelecidas pelo Regulamento Europeu n.º 868/2014 e a sua aplicação no Sistema Estatístico Europeu e Nacional iniciou-se a 1 de janeiro de 2015.

Para a estruturação da informação de acordo com a intensidade de urbanização adotou-se a TIPAU 2014 que constitui uma classificação tripartida e exaustiva das freguesias do território nacional em três categorias: Área predominantemente urbana (APU), Área mediantemente urbana (AMU) e Área predominantemente rural (APR).

A divisão ao nível do município – unidade de referência para a maioria da informação disponibilizada – considera o Código da Divisão Administrativa do Sistema Estatístico Nacional (SEN) e a delimitação das circunscrições administrativas do País de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), produzida pela Direção Geral do Território (DGT).

Uma vez que a informação disponibilizada nos Anuários Estatísticos Regionais decorre de um vasto leque de operações estatísticas e fontes administrativas, o período de referência não é homogéneo. Contudo, o período de referência dos indicadores apresentados é, na sua maioria, referente ao ano de 2021.

Data do próximo destaque - dezembro de 2023
